

Manifesto Anti-Fado

Há uns anos atrás havia quem considerasse a macroeconomia morta. Essa ideia ficou muito a dever aos trabalhos de Solow e de Lucas. Solow desenvolveu um modelo que não clarificava a relação entre a política económica e o crescimento das economias no longo prazo. Lucas, com a revolução das expectativas racionais abalou fortemente a fé no voluntarismo do Estado em matéria cíclica. Sem efeitos óbvios no crescimento e com eficácia duvidosa na estabilização, a política macro-económica perdeu adeptos. Em piada, dizia-se que só havia duas economias: a macroeconomia e a boa economia.

Nos últimos anos, o quadro inverteu-se. A preocupação crescente com o lado da oferta e o aparecimento da chamada "Teoria do Crescimento Endógeno" fizeram a macro renascer das cinzas. Se alguma lição importante resulta da nova teoria, essa lição é que o crescimento económico não é imune à política, seja ela boa ou má. A diferença é apenas uma maior ênfase em aspectos de natureza estrutural. Por exemplo, se é mais ou menos aceite que a abertura ao comércio favorece a convergência pela via da eficiência e da difusão tecnológica, também se tem constatado que valores culturais e religiosos, a eficácia do sistema judicial e a qualidade do sistema político podem actuar em favor ou contra o crescimento económico. A identificação do contributo de cada um desses factores é, naturalmente, um quebra cabeças, pois o mundo está cheio de países diferentes.

Quando a análise incide apenas em países da OCDE, a tarefa é bem mais simples. No Quadro Um, apresentam-se os resultados de um exercício de estimação feito para 22 economias da OCDE ao longo do período 1980-2000. Na regressão, as variáveis que se mostraram mais correlacionadas com o crescimento económico foram: (i) a disponibilidade de trabalhadores qualificados; (ii) a rigidez das leis laborais (iii) um índice de qualidade institucional, composto por vários indicadores que medem a eficácia da justiça, a burocracia, a corrupção, o respeito pela propriedade privada e a credibilidade dos compromissos assumidos pelo Estado; e (iv) o nível de rendimento em 1980, que capta a ideia de Hume (1758), de que a difusão tecnológica proporciona às economias mais atrasadas um veículo de convergência.

Os resultados da regressão são usados no Quadro Um para identificar o contributo de cada um dos factores para o crescimento diferencial de Portugal e da Irlanda. Por exemplo, os dados sugerem que o notável crescimento da Irlanda poderá estar, em larga medida, relacionado com a qualidade dos seus recursos humanos e com a flexibilidade do mercado de trabalho. No caso português, a qualidade dos recursos humanos, das instituições e das leis laborais traduzem-se num sacrifício de crescimento da ordem dos 1.48% ao ano. Em favor da economia portuguesa actua o efeito de convergência, da ordem dos 2.27% ao ano. Juntando, o modelo estima um ritmo de aproximação de 0.79% ao ano, contra os 0.74% que na realidade ocorreram.

Quadro Um
Diferença de crescimento relativamente à Holanda
(1980-2000)

	Portugal	Irlanda
Crescimento diferencial	0.74	2.36
Estimado	0.79	1.92
<i>Do qual:</i>		
Recursos humanos	-0.17	0.67
Flexibilidade	-0.49	0.43
Instituições	-0.82	-0.59
Rendimento em 1980	2.27	1.40
Residuo	-0.05	0.45

Fonte: http://www.bportugal.pt/events/conferences/CEM/Paper_2.pdf, pag.21.

Como é evidente, este exercício tem muito de contra-factual: se Portugal tivesse instituições, recursos humanos e flexibilidade ao nível da Holanda, possivelmente não teria um nível de rendimento tão baixo. Mas serve para ilustrar o tipo de políticas a que o Governo deve dar prioridade no quadro institucional em que a economia portuguesa se encontra. A participação na zona euro e na economia global exige das autoridades económicas uma atenção constante à competitividade das leis e das instituições, para já não falar da necessidade imperiosa de promover a qualificação dos recursos humanos.

Em suma, o facto de Portugal ser membro da UE não pode ser encarado como passaporte para um maior nível de vida. A par das forças de convergência, que resultam da exposição aos choques externos, existem idiosincrasias locais que aceleram, ou

retardam o crescimento. A economia portuguesa tem ainda muito a ganhar com a difusão tecnológica, mas a política económica tem um papel crucial. Por isso, não podemos ser tolerantes com actuações negligentes, mais ou menos apoiadas na convicção de que a economia portuguesa se encontra num processo exógeno ou automático de convergência. Em matéria de crescimento não há destino.

Por isso eu digo: *Morra o Fado! Morra!- Pim!*

Miguel Lebre de Freitas

Semanário Económico, 22-2-2